

(Econ - Brasil)

Sair da crise, uma tarefa para o próximo

24 AGO 1989

governo. JORNAL DA TARDE

Mas não se deve esquecer a ameaça de hiperinflação, e por isso é preciso agir já.

Diante da crise de credibilidade do governo, só resta a diferentes setores da economia esperar que decisões para reintroduzir a velha economia de mercado sejam tomadas pelo próximo presidente. Essa foi a conclusão a que chegaram alguns empresários participantes do seminário "Economia Brasileira — A Retomada do Desenvolvimento", no seu primeiro dia. Como pontos essenciais, para que o País saia da crise em que se encontra, o seminário destacou a privatização, redução dos gastos públicos, renegociação da dívida externa nos moldes do Plano Brady e maior eficiência administrativa.

A receita para o País enfrentar a crise foi uma unanimidade entre os economistas Celso Martone, Roberto Macedo e Affonso Celso Pastore, todos da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP. Eles consideram indispensável algum tipo de ação, por parte do governo, para que o Brasil não entre num processo de hiperinflação. Advertiram, porém, que não existe solução sem sacrifício.

A participação dos economistas aconteceu à tarde. Antes, pela manhã, foi apresentada uma visão geral da economia pelos presidentes das federações da Indústria, Mário Amato; das Associações de Bancos (Febraban), Leo Cochrane Júnior; do Comércio, Abran Szajman; e da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Telles de Menezes. Para hoje está prevista a divulgação de uma carta a ser enviada a todos os presidentes, parlamentares e membros do atual governo contendo as principais conclusões do seminário, promovido pelo Conselho dos Jovens Empresários do Centro do Comércio do Estado de São Paulo.

Na opinião de Leo Cochrane, o Brasil tem espaço para crescer na medida em que a economia está em pleno desen-

volvimento, a economia privada está intacta e o País ingressa em um momento democrático. Para o presidente da Febraban, o País precisa de um programa de governo que resolva o binômio déficit público/inflação, aumente a eficiência da máquina burocrática estatal e consiga inserir o Brasil na economia mundial.

A agricultura conseguiu crescer nesta "década perdida", e segundo Flávio Telles de Menezes os resultados foram conseguidos graças à profissionalização e eficiência do setor. De acordo com Telles de Menezes, os únicos produtos que não apresentaram crescimento foram justamente os que sofreram "intervenções erráticas do governo", como o café, o cacau e o feijão.

Dados positivos também foram transmitidos por Mário Amato. Ele salientou que a economia vai mal porque "o governo brasileiro é incapaz de equilibrar despesa e receita, realimentando a inflação". Amato criticou ainda a excessiva regulamentação e o peso da carga tributária. Segundo Amato, para entregar um país governável ao novo presidente é preciso reduzir a presença do Estado.

O único setor que apresenta resultados mais modestos é o comércio, que nos primeiros sete meses de 89 apresentou um crescimento real de 4,3%, em comparação a igual período do ano anterior. Abram Szajman defendeu a necessidade de recuperar a capacidade de investimento do Estado, enfrentando-se o crônico problema da inflação, segundo ele criado pela desorganização do setor público e pelo ajuste da economia às dificuldades na administração da dívida interna.

Hora de Ação

Na visão do economista Roberto Macedo, o mais importante é enfrentar a

crise já, ainda que os resultados só comecem a surgir quando o próximo presidente da República estiver no poder. A privatização, segundo Macedo, precisa ser encarada como uma forma de o governo conseguir dinheiro, a fim de equilibrar o caixa. Neste momento, disse ele, não é muito produtivo ficar discutindo se o País está ou não em hiperinflação. "A hora é de ação, porque quando o diagnóstico tornar-se óbvio as soluções ficarão muito mais difíceis".

Já o economista Celso Martone acredita que para melhor entender a crise atual seria necessário observar o que ocorreu nos períodos de crescimento rápido, como nos governos de Juscelino Kubitschek e de Ernesto Geisel. Tanto um período quanto o outro geraram inflação crescente, estagnação econômica e crise cambial. O que aconteceu depois, segundo o economista, foi um aprofundamento dessas crises.

Na opinião de Martone, o grande nó da economia e da própria crise brasileira hoje está no setor público. Aí a crise surge tanto na deterioração dos serviços de competência do setor público quanto na capacidade de investimento do Estado, agravada pelo desequilíbrio financeiro. Grande parte desse desequilíbrio, complementou Affonso Pastore, decorreu do aumento dos gastos com funcionários e das despesas de custeio, além da perda de receita tributária por causa do aumento da inflação.

Depois de afirmar que uma política séria de corte de gastos "é tarefa para estadista", Pastore elegeu como prioridade o combate à inflação, através do corte do déficit. É desejável, na opinião de Pastore, que o País evite a hiperinflação. Além do stress provocado por essa situação, disse ele, seria necessária uma recessão para recuperar a economia, no período seguinte.